

TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO SINDICAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA BAHIA

Priscila Carvalho Leão*

Resumo: *O movimento sindical, como instrumento de defesa dos direitos e interesses da coletividade em geral, e da classe trabalhadora em particular, foi uma das invenções mais criativas da humanidade. A trajetória do movimento sindical no Brasil e da categoria de assistentes sociais está diretamente associada às transformações políticas, sociais e, sobretudo, aos aspectos econômicos ocorridos no País. Na medida em que o Brasil caminhava para a urbanização e a industrialização, a organização dos trabalhadores acompanhava e se estruturava de forma mais sistematizada. Este artigo tem como objetivo fazer um recorte através de pesquisa bibliográfica, da trajetória do movimento sindical dos assistentes sociais na Bahia no período de 1973 a 1994. Busca ainda, suscitar a discussão para os novos rumos do movimento sindical dos assistentes sociais na Bahia.*

Palavras-chave: Serviço Social, Movimento sindical, Categoria profissional.

INTRODUÇÃO

A luta sindical no Brasil, na perspectiva dos Movimentos Sociais, traz em sua gênese o movimento operário com lutas reivindicatórias da classe trabalhadora para o acesso aos meios de produção e melhores condições de trabalho. Historicamente, houve um processo de organização de grupos sociais com o objetivo de contribuir para mudanças estruturais, norteados por ideais socialistas¹, em meio a relações contraditórias entre as classes e as categorias capital x trabalho.

É neste contexto geral que se insere o processo de organização do Sindicato dos Assistentes Sociais da Bahia bem como a sua extinção após a articulação deste à Central Única dos Trabalhadores (CUT) em prol da adesão às lutas mais amplas da sociedade brasileira.

O interesse em pesquisar a trajetória do Sindicato dos Assistentes Sociais da Bahia, dando enfoque também à organização social desta categoria profissional, partiu da inquietação em buscar compreender como se deu o processo de reconstrução e extinção desse espaço político e da verificação de possibilidade de retomada da luta sindical dos profissionais no estado da Bahia.

Observa-se, por parte desta categoria profissional, a desmobilização das lutas por ramos de produção e a baixa adesão à proposta de apoio e alinhamento com organizações gerais estimuladas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) que tomou nova dinâmica nos últimos anos, na medida em que suas diretrizes se modificaram em meio ao novo contexto político e das conseqüências da Reestruturação Produtiva.

Após o levantamento bibliográfico acerca das questões supracitadas, foi possível perceber a necessidade de registrar como se deu o processo da luta sindical em torno da categoria profissional e como se manifesta suas estruturas e necessidades atuais.

* Acadêmica do Curso de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador. Orientadora Prof. Gilca Oliveira Carrera.

¹ Sobretudo pela teoria Marxista (MARTINELLI, 1989).

MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL E O NOVO SINDICALISMO

Tomando por base os períodos após a escravidão, em que os trabalhadores se tornaram “livres” e começaram a usar sua força de trabalho como instrumento próprio, pode-se dizer que o Movimento Sindical surgiu no século XIX, quando grupos de trabalhadores começaram a questionar as difíceis condições de trabalho a que eram submetidos, fazendo surgir o Movimento Operário. Nesse período a organização dos trabalhadores não se dava através de sindicatos e sim por meio de associações de cunho assistencialistas, com apoio da Igreja, por exemplo, que servia de suporte e amparo social a esses grupos em momentos de dificuldades.

Com o processo de industrialização no Brasil, bem como a instalação de grandes fábricas e indústrias, desenvolvem-se associações operárias, ainda de caráter informal denominadas de ligas operárias de resistência e ajuda mútua. Essas associações mantinham ligação direta com a Igreja, que tinha um interesse em apoiar os grupos de trabalhadores com o objetivo de sustentar o sistema vigente.

As reivindicações desses grupos associados à Igreja não tinham um caráter revolucionário nem eram oriundas de mobilizações grevistas, pois as greves neste contexto eram último recurso, a última opção após um longo processo de negociação. A organização desses grupos veio a se fortalecer quando tais associações começaram a apoiar as reivindicações mais amplas da classe trabalhadora, sobretudo a criação da Federação das Associações, a qual foi pioneira nas discussões do I Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1906 no Rio de Janeiro.

Iniciou-se, portanto, em 1901, as greves operárias no Brasil, culminando nos anos posteriores em fortes greves gerais, as quais tiveram como principais reivindicações a redução da jornada de trabalho e outras regulamentações que contemplassem grupos desfavorecidos como a mulher, o menor e o aposentado. Esta fase foi marcada por fortes pressões por parte dos trabalhadores para criação de leis que garantissem esses direitos reivindicados e consequentemente a regulamentassem a legalização dos sindicatos.

É notório que o movimento sindical surge das lutas operárias e das pressões da classe trabalhadora ao longo da história fazendo com que este movimento ganhe formas diferentes ao passo que a conjuntura política, econômica e social se modifica.

Após várias deliberações de bandeiras de luta levantadas em plano nacional por instituições oficiais de representatividades dos trabalhadores (Confederação Operária Brasileira; Confederação Brasileira do Trabalho e outras), o Estado tentou atrair o sindicato para o aparelho estatal com o objetivo indireto de assegurar o poder da classe dominante. Nesse sentido as representações dos trabalhadores criaram fortes represárias ao Estado (deliberadas nos congressos específicos), bem como estratégias agressivas e bloqueios a qualquer interferência de partidos políticos no sindicato.

Uma nova reordenação política no movimento sindical ganhou relevância após 1920, articulando em congresso a possibilidade de se criar uma única central sindical. Em 1922, com a criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o movimento sindical recebeu influências de anarquistas e comunistas, prevalecendo a linha comunista com diversos embates com a linha anarquista neste período.

Em 1930, com o trato à Questão Social pelo Estado, os sindicatos passaram a atuar livremente, mas com a criação do órgão defensor do trabalhador (Ministério do Trabalho), o Estado ganhou autonomia para intervir no sindicalismo, baixando medidas importantes pelo governo de Vargas que sufocaram o movimento sindical, de modo a ser utilizado pelo poder estatal como um instrumento de “manipulação” da classe trabalhadora.

Durante todo esse período, o sindicalismo foi marcado pela intervenção direta do Estado, criando leis e baixando decretos que tornassem esta instituição ainda mais dependente e atrelada às políticas de governo, bem como de seus interesses garantidores da ordem do capital. Só em 1946, com a instauração da democracia no país, o sindicato ganhou autonomia nas suas funções

e passou a ser livre a associação profissional e sindical para o exercício das funções delegadas pelo poder público.

Vale ressaltar que em 1950, ano marcado pelo grande desenvolvimento econômico, o sindicato tentou romper com modelos oficiais, articulando estruturas horizontais com comando unificado, porém, foi novamente freado pela nova conjuntura que se formou com o Golpe Militar de 64. Assim como toda sociedade brasileira nesse período, o movimento sindical sofreu repressões e interferências na mobilização e organização dos trabalhadores.

Apesar de continuar havendo perdas salariais, a classe trabalhadora realiza apenas pequenas e esparsas mobilizações por essa reivindicação, uma vez que o rígido controle governamental sobre a maioria dos sindicatos e a aplicação das sanções sobre as 'organizações paralelas' impedem qualquer tipo de organização das classes trabalhadoras. (ABRAMIDES E CABRAL, 1995, p.62).

Logo após a Ditadura Militar, com a redemocratização do país, o cenário nacional foi se modificando e dando início a uma era de abertura política e a uma "democracia indireta", favorecendo os ditadores a permanecerem no poder de modo a garantir a acumulação do capital. Este momento denomina-se como democracia indireta pelo fato de, apesar das contradições da história oficial, não ocorrer uma democracia concreta, visto que a transição do regime ditatorial para o democrático no Brasil favoreceu o bloco dominante e buscou atenuar a pressão da sociedade para não perder a legitimação através do voto.

A manutenção do capital representa o principal objetivo do bloco dominante no decorrer da história do capitalismo e, por conta desse objetivo, o movimento sindical sofreu profundas modificações, sobretudo devido às novas dinâmicas no mundo do trabalho, que submeteram os trabalhadores a estágios de desgastes, precarização das condições de vida e, muitas vezes, perda de sua identidade.

Essa precarização também atinge a própria identidade e representação dos trabalhadores, através do processo de destruição, desfiguração e segmentação dos "coletivos de trabalho" promovido pelas práticas de subcontratação e de terceirização, que desvinculam parcelas crescentes dos trabalhadores das grandes empresas e agravam a crise dos sindicatos. (FIGUEIRAS, 2000, p.66. In: DRUCK).

Com a implantação do Neoliberalismo, a globalização e a reestruturação produtiva nos anos 1990, o sindicalismo passou a tomar novos rumos dado o contexto de "marginalização" do trabalho e fragmentação da classe trabalhadora. Com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), surgiram inúmeras complexidades em torno da mobilização dos trabalhadores e das novas bandeiras de lutas mais amplas.

MOVIMENTO SINDICAL DA CATEGORIA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

A organização do movimento sindical dos assistentes sociais no Brasil foi articulada por entidades representativas da categoria em nível nacional. Iniciada em 1978, com o I Encontro Nacional dos Órgãos Sindicais em Belo Horizonte, a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS) elaborou uma proposta de articulação nacional e a inserção das lutas da categoria na classe trabalhadora, aglutinando, assim, forças das quatro entidades da categoria: APAS - Associação Profissional de Assistentes Sociais da Bahia, São Paulo, Goiás, assim como o Sindicato dos Assistentes Sociais de Minas Gerais.

Após um ano de militância entre as bases da categoria, criou-se a ANAS - Associação Nacional de Assistentes Sociais, que foi tida como marco histórico em meio a um processo de ruptura da prática conservadora, processo conhecido como a “virada” no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS).

Os estudos e as produções acadêmicas a respeito do assunto demonstram que os sindicatos dos assistentes sociais, em todo o Brasil, foram surgindo através da articulação das entidades representativas da categoria e seus respectivos órgãos deliberativos construídos ao longo de 1978 a 1988, isto é, numa década de importantes avanços para a profissão.

[...] uma década de construção de organização político-sindical dos assistentes sociais em nível nacional inserida na organização da classe trabalhadora na perspectiva do sindicalismo classista, independente e de luta. Uma década de realização de congressos nacionais da categoria na solidificação de um projeto profissional voltado aos interesses das classes trabalhadoras (ABRAMIDES e CABRAL, 1995, p.120).

Após um longo período de mobilizações em congressos, construção de agendas deliberativas que abarcavam questões nacionais e estaduais e, sobretudo, a partir do apoio incondicional ao movimento sindical mais geral em uma luta de oposição a unidades sindicais que não eram reconhecidas como reformistas, é que, em 1983, diversos Estados do Brasil começaram o processo eleitoral com formação de chapas para eleições dos sindicatos oficiais da categoria.

Vale ressaltar o importantíssimo papel da ANAS nesta trajetória de lutas sindicais. Fundada em 1983, esta entidade se organizou em instâncias deliberativas, como a Assembléia Nacional Sindical de Assistentes Sociais (fórum máximo de representação sindical), e veio ao longo de suas gestões promovendo discussões sobre o programa político sindical, plano de lutas, eleições do sindicato, bem como as lutas específicas da categoria, isto é, as introduziu como ponto de pauta em todas suas instâncias. Segundo Abramides e Cabral (1995) a ANAS, desde sua criação, é constituída de forma independente e autônoma, e realiza suas eleições conforme deliberação da categoria em seus congressos sindicais.

No que tange as lutas específicas da categoria, o movimento sindical suscitou de forma mais significativa na década de 80, um processo conjunto com toda categoria profissional, abarcando um maior número de reivindicações, tais como: luta pela justa posição dos assistentes sociais no plano de cargo e carreiras dos servidores públicos, salário mínimo profissional e carga horária do assistente social, bem como lutas por melhores condições de trabalho.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL DA CATEGORIA PROFISSIONAL NA BAHIA

Os primeiros passos para a organização da categoria dos assistentes sociais se deram na década de 70, em um momento de forte oposição ao Regime Militar, em um cenário de crescimento econômico e no despertar de um sentimento de otimismo em todos os brasileiros. Existiam assistentes sociais, individualmente, dentro do movimento de oposição à Ditadura, participando do mesmo contexto em que se encontravam os diversos movimentos sociais e grupos da época - militantes exilados e submetidos à espionagem em universidades para evitar a divulgação de idéias ditas como “comunistas”. Neste contexto, a Bahia tornou-se certo “alvo” para os aparelhos repressivos, uma vez que se tornou um refúgio para alguns militantes perseguidos pela polícia.

Os assistentes sociais começaram sua organização sindical através de atuações nas entidades político-sindicais da categoria, denominadas inicialmente de APAS que conseguiram

aglutinar militantes de diversas correntes, embora da mesma categoria, para aderirem a uma luta específica, dando a força e sentido organizado ao movimento.

A importância da APAS considerada na análise recai sobre a questão de ser uma instituição que faz parte da história de lutas da esquerda na Bahia, e sem dúvidas serviu de base para estabelecer ações políticas dentro da categoria dos assistentes sociais jamais vistas na Bahia naquele momento. A reestruturação da APAS (desativada após o Golpe Militar) serviu como uma mola percussora para a fundação do SASB - Sindicatos das assistentes sociais da Bahia.

A transformação da APAS em SASB deu-se paralela à emergência do novo sindicalismo e à implantação de uma nova estrutura sindical que desaguarda na construção da CUT. Esse contexto influenciou a organização político-sindical das assistentes sociais nos níveis local e nacional. (CRESS, 2005, p.73).

Em meio a diversas discussões em espaços locais, se teve uma necessidade de articulação no nível nacional, onde a principal mobilização geral se deu no I Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (ENÉAS) em 1978, que contou com a participação de diversas representações de outros Estados do Brasil. No I encontro, saiu como principal avanço a aprovação de uma pesquisa sobre o salário e as condições de trabalho da categoria e já no segundo encontro nacional realizado no ano posterior, criou-se a Comissão Executiva de entidades de assistentes sociais, objetivando articulação das APAS regionais e unificação de lutas nacionais.

Posteriormente, os novos encontros, congressos brasileiros de assistentes sociais, bem como outros espaços políticos, consolidaram campo de fortalecimento do movimento sindical manifestado na categoria profissional.

Em meio a inúmeras dificuldades e avanços na legitimação do sindicato, a instituição também procurou parceria com o CRAS (Conselho Regional de Assistentes Sociais) e fez de sua trajetória de lutas, um marco na história da profissão.

Nos últimos anos da década de 80 surgiram diversas indagações a respeito do papel da categoria no movimento sindical e, nos anos 90, a organização da categoria tomou direcionamentos diferentes que podem ser explicados pelo contexto social, político e econômico da conjuntura neoliberal.

EXTINÇÃO DO SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DA BAHIA

Após a Ditadura Militar e já no final da década de 80, começaram a surgir indagações em torno do novo direcionamento do movimento sindical, processo esse que acontecia a nível nacional. O debate impulsionado pela CUT era o da construção de uma nova estrutura sindical, que tinha por argumento unificar os trabalhadores e com isso combater o corporativismo. A partir deste debate, causou-se uma forte repercussão nos trabalhadores e, em especial, na categoria dos assistentes sociais.

Na Bahia, em 1988, já vinham ocorrendo problemas de mobilização em torno da categoria local, ao passo que, ainda neste ano, não houve quorum suficiente para acontecer a eleição da gestão do sindicato na primeira convocação, o que só veio a se efetivar na segunda convocação, mas ainda de forma inconsistente. Com o passar do tempo foi tornando ainda mais difícil a organização da categoria, na medida em que já não foi mais possível se ter uma eleição por voto direto, elegendo-se apenas gestões provisórias para sustentar a estrutura sindical local que apresentava total fragilidade.

Em 1991, atrelado a uma forte crise financeira do sindicato que resultou, posteriormente, a sua transferência para a sede do CRAS, a diretoria provisória convocou seus dirigentes para uma reunião a fim de definir a situação em que se encontrava o SASB. A proposta que

prevaleceu foi a unificação do SASB e o CRASS com o principal argumento de fortalecer a estrutura do Conselho Regional junto a categoria e tornar mais consistentes as lutas por ramo de atividade, na medida em que os profissionais iam se articulando por atividade.

A proposta de unificação do sindicato com o Conselho Regional não foi aceita e em 1992 ainda se discutia os prós e os contra dessa unificação. Em 1993, pelo fato de mais de uma vez não ter havido quorum para votação de uma nova diretoria, os membros do CRASS se constituíram como uma diretoria provisória e em 1994 convocaram um plebiscito para votar o fechamento do SASB. A desmobilização da categoria naquele momento não possibilitou a legitimação do plebiscito, pois não se obtiveram votantes suficientes, sendo adiado para uma outra data e, por fim, legitimado em uma assembléia, que contou com a presença de onze pessoas, que optaram pelo fechamento do SASB.

Brito (2005), afirma que ainda que possamos identificar avaliações sobre esse processo, a experiência gerou sentimentos de frustração, difíceis de serem contornados com balanços políticos. A trajetória do movimento sindical nos anos 90 pode ser considerada como um árduo processo em que ocorreram inúmeros desgastes de um pequeno grupo interessado em dar continuidade à trajetória de lutas em torno da profissão, bem como seu incessante enfrentamento da falta de mobilização da categoria profissional dos assistentes sociais.

CONCLUSÃO

As inquietações acerca da temática estão sendo aprofundadas e gerarão um trabalho, de cunho monográfico, de conclusão de curso que se encontra em fase de elaboração, e ainda requererão a exploração de campo e análise das fontes documentais que serão realizadas durante o semestre acadêmico em curso.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O novo sindicalismo e o Serviço Social: trajetória e processos de luta de uma categoria: 1978-1988.** São Paulo. Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **O que é Sindicalismo.** São Paulo – Coleção Primeiro Passos. Brasiliense, 1985.

BRITO, Antonio M. F. **Paixão, política e utopia: organização das assistentes sociais na Bahia: 1963-2003.** Salvador. CRESS, 2005.

Conselho Pleno do CFESS. A contribuição do CFESS para o debate sindical. **Conselho Federal de Serviço Social**, Brasília, 2001, julho. Disponível em www.cefess.com.br. <acesso em 19 de jul, 2006>.

DELLARUVERA, Margareth Alves. Resgate histórico da Organização Política da categoria. **Federação nacional dos assistentes sociais**, Rio de Janeiro, 2003, maio. Disponível em www.saserj.or.br. <acesso em 19 de jul, 2006>.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia.** Petrópolis: Vozes, 1990.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **SERVIÇO SOCIAL: identidade e alienação.** São Paulo: Cortez, 1989.

MINAYO, Cecília de Sousa. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

SANTANA, Marco Aurélio. Origens do movimento sindical brasileiro: **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo, 1999. Disponível em www.cgt.org.br. <acesso em 19 de jul, 2006>.